

PARALELOS: O DISCURSO DA NEUTRALIDADE NO DESIGN GRÁFICO E EM GÊNERO

PARALLELS: THE DISCOURSE OF NEUTRALITY IN GRAPHIC DESIGN AND IN GENDER

Bianca Mendes Rati¹

Marcos Namba Beccari²

Resumo

Neste artigo trata-se dos paralelos entre o discurso da neutralidade que se apresenta no campo do design gráfico e em gênero (por meio do termo "gênero-neutro"). Primeiro, é feita uma reflexão a respeito do conceito da neutralidade passando pelos campos do jornalismo, direito e da ciência, concluindo com a percepção que se neutralidade é uma ideia possível de ser pensada, é porque está autorizada por um sistema discursivo, portanto, trata-se também de um posicionamento. Após isso, se analisa as relações do design gráfico com a neutralidade, principalmente no movimento modernista e Estilo Internacional. Seguindo para uma breve análise do termo "gênero-neutro", suas aplicações acadêmicas e mercadológicas, confrontadas com o pensamento de Butler e Lauretis. Conclui-se que os paralelos discursivos tem duas características principais: a negação ou discurso da ausência, e a inclinação mercadológica. Por fim, observa-se o dilema que se desenha aos designers: a reprodução/negação dos estereótipos de gênero versus proposições desconstrutivas.

Palavras-chave: neutralidade; gênero-neutro; discurso; design gráfico; Foucault

Abstract

This article deals with the parallels between the discourse of neutrality that presents itself in the field of graphic design and in gender (through the term "gender-neutral"). First, a reflection is made about the concept of neutrality passing through the fields of journalism, law and science, concluding with the perception that if neutrality is a possible idea to be thought about, it is because it is authorized by a discursive system, therefore, it is positioning. After that, the relations between graphic design and neutrality are analyzed, mainly in the modernist movement and International Style. Moving on to a brief analysis of the term "gender-neutral", its academic and marketing applications, confronted with the thinking of Butler and Lauretis. It was concluded that the discursive parallels have two main characteristics: the negation or discourse of absence, and the market inclination. Finally, there is a dilemma to designers: the reproduction / denial of gender stereotypes versus deconstructive propositions.

Keywords: neutrality; gender-neutral; discourse; graphic design; Foucault

¹ Mestranda em Design, UFPR – PPG Design, Curitiba, PR, Brasil. biancamrati@gmail.com; ORCID: 0000-0002-9984-2659.

² Professor Doutor, UFPR – PPG Design, Curitiba, PR, Brasil. contato@marcosbeccari.com; ORCID: 0000-0002-2178-097X.

1. O Conceito de Neutralidade

A ideia para este artigo partiu de uma suspeita: a neutralidade não é um não-lugar, mas sim uma posição discursivamente assumida. Mais do que isso, a suspeita de que essa posição muitas vezes deriva de interesses mercadológicos e é assumida politicamente, mesmo que de maneira involuntária por alguns indivíduos. Pretende-se, com este ensaio, refletir sobre o discurso da neutralidade e seus efeitos no design gráfico, em especial por meio do termo “gênero-neutro”.

A neutralidade pode ser definida como qualidade do que é imparcial, daquele que se abstém de tomar partido. Politicamente, a aplicação mais óbvia é a de um país que, durante uma guerra, não escolhe apoiar nenhum dos envolvidos no conflito, permanecendo, portanto, neutro (NEUTRALIDADE, 2019).

Partindo dessa definição mais ampla, a neutralidade é um tema para diversos campos do saber, como o jornalismo, em que a discussão acontece em torno dos termos imparcialidade e objetividade. A imparcialidade é percebida como um indicador de qualidade jornalística, pois o jornalista deveria abandonar seu conhecimento prévio e julgamentos, devendo relatar apenas os fatos com veracidade. Mas, como Motta (2005) aponta, são os profissionais que selecionam os fatos e destacam pontos geralmente usando como critério a quebra de algum preceito ético ou moral e, portanto, exercendo juízo.

Alguns autores demonstram que é impossível se desvincular dos seus valores e vieses. Tuchman (1993) diz que a objetividade é um ritual estratégico realizado pelos jornalistas a fim de se protegerem de críticas; um exemplo é o uso de aspas, pois a citação permite que o jornalista se atenha ao que foi dito pelo entrevistado. A notícia, no entanto, é influenciada pela forma, pelas relações interorganizacionais dos jornais e pelo conteúdo. E mesmo ao utilizar recursos que levariam à objetividade, ela não é atingida, pois estes mesmos procedimentos são escolhas direcionadas (pelo jornalista ou veículo) que induzem a determinadas conclusões.

Genro Filho (1987) afirma que o julgamento ético, ideologia e interpretação são fatores que pré-condicionam a própria percepção dos fatos, portanto não podem ser isolados. E, além da esfera individual, o autor diz que os ideais de independência e imparcialidade, dentro do sistema capitalista, significam uma submissão a fontes consideradas oficiais e institucionais, nas quais o sistema é normalizado e “preservado contra todas as patologias políticas, sociais e econômicas” (p. 37). Desta forma, o discurso da imparcialidade jornalística acena para as ideologias dominantes, ao presumir que dos fatos surge uma interpretação que é neutra, portanto correta, porque corresponde ao “bom senso” que reafirmam as concepções já presentes na sociedade.

Partindo para outro campo, no sistema jurídico a neutralidade é esperada de juízes que, atuando de forma imparcial quanto aos seus interesses pessoais, devem julgar de acordo com os fatos. Em 2019, documentos divulgados na série de reportagens do veículo *The Intercept Brasil* conhecida como “Vaza Jato” levantaram uma discussão sobre a atuação de juízes e promotores que, com fins próprios, influenciavam a operação judicial “Lava Jato”. Conversas privadas em aplicativos de mensagens mostravam acordos entre juiz e promotores, manipulação midiática sobre a operação e comemoração ou ataques diretos a réus específicos e, por causa disso, a credibilidade da Lava Jato foi posta à prova.

Neste sentido, Martins (2001) faz uma distinção entre imparcialidade e neutralidade: para ele, a neutralidade é a “possibilidade da manutenção da indiferença diante de um quadro que manifesta posições antagônicas” (p. 82), enquanto a imparcialidade é vista como um pré-requisito feito ao julgador, que deve ter uma distância suficiente a ponto de fornecer às partes

condições iguais de argumentarem por sua causa. Para o autor, o juiz não deve ser neutro ou indiferente, primeiramente porque é impossível sê-lo, mas também porque uma sensibilidade frente a desigualdades poderia resultar em uma melhor atuação jurídica. Portanto, a imparcialidade é desejada, mas a neutralidade, além de um mito, é uma busca que freia possibilidades de um julgamento com foco nos seres humanos envolvidos e em suas particularidades.

Foucault (2014) também suspeita da neutralidade em julgamentos. Ao falar da justiça popular na China, ele afirma que a ideia de pessoas neutras em relação às partes envolvidas, e que podem julgar com valores absolutos, está “longe demais e parece mesmo estranha à própria ideia de justiça popular” (p. 45). Para ele, a própria disposição espacial de um tribunal supõe uma ideologia: a mesa que separa os juízes das partes implica que eles estão distantes da situação e, portanto, neutros, pois o espaço também é discursivo.

O jornalismo e o direito são exemplos de saberes nos quais a noção de neutralidade é levantada, mas, de maneira ampla, a própria ciência se vale desse discurso. A ciência moderna, embasada no pensamento iluminista, se coloca como aquela que retira a humanidade “das trevas” por meio de seu método científico que era considerado imparcial e neutro, diferindo do que era pregado pela Igreja. Mas o pensamento iluminista, ao padronizar a ciência, também adota uma posição, e a neutralidade é então inventada e a alteridade, suprimida (SILVA, 2003).

Como colocado por Machado (1981) a partir da obra *As palavras e as coisas* de Michel Foucault, não há saber ou conhecimento neutro; é sempre político, pois só pode surgir a partir de uma série de condições políticas geradas em meio às relações de poder. Além disso, saber e poder são faces dependentes entre si, pois as relações de poder geram saberes, do mesmo modo que esses saberes balizam as relações de poder.

Desta forma, o saber tem potência de validação. Martins (2001) levanta essa questão ao discutir se o direito é uma ciência, observando como muitas vezes a ciência é usada de forma a validar algo como verdadeiro ou relevante, isto é, se é pautado ou não em conhecimento científico. Foucault (2014) traz essa questão ao perguntar “que tipo de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ‘é uma ciência’?” (p. 97). Em diversas obras, o autor analisa as condições de possibilidade de formação de saberes, demonstrando, portanto, que são constituídos com intencionalidade e em meio a agonismos³.

Como visto, apesar de as discussões sobre a neutralidade apresentadas concluírem que ela está mais próxima de um mito ou ideal inatingível, ainda há uma busca por alcançá-la em campos do saber. No design gráfico, essa é uma questão herdada principalmente dos modernistas que, de modo semelhante ao discurso validativo da ciência, pregavam a máxima “a forma segue a função” (CADURO, 2000); o bom design era aquele que funcionava, que atingia seu objetivo informacional. Mas o design tido como neutro era, na verdade, um produto europeu compatível com as demandas industriais capitalistas (ARMSTRONG, 2009).

E, refletindo sobre esse aspecto mercadológico, coloca-se em questão o atual termo *gender neutral* (gênero neutro), que tem sido utilizado por marcas como demarcador de um público alvo que não se direciona a mulheres ou homens especificamente. Novamente, o discurso da neutralidade de gênero sugere um não-lugar, ao mesmo tempo em que não nega a

³ Como definido por Foucault (2009), “uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que uma provocação permanente” (p. 245).

matriz binária de gênero. Questiona-se, portanto: o que é gênero-neutro?

Ao colocar o discurso da neutralidade sob suspeita, a filosofia de Michel Foucault é de grande auxílio. Em sua percepção, discurso é um conjunto de enunciados que definem condições de existência dentro de um mesmo sistema epistêmico. Desta forma, tudo é discurso, e a neutralidade não está fora disso. O discurso rege aquilo que pode ou não ser dito, portanto também gerencia as possibilidades de posição que um indivíduo, saber ou instituição pode adquirir diante de um tema (FOUCAULT, 2000).

Se a neutralidade é uma ideia possível de ser pensada, é porque está autorizada por um sistema discursivo. Quando se fala em condições de possibilidade, admite-se que os discursos são produtos e produtores de relações de poder (FOUCAULT, 2000). Portanto, não há um discurso que esteja isento de uma série de interferências que o atravessam e o compõem; sendo assim, é impossível constituir uma posição neutra.

O discurso da neutralidade, inserido no regime de verdade que o possibilita, produz efeitos de verdade que atuam incorporando os regimes, normalizando-os, remetendo à realidade constituída de discursos (FOUCAULT, 1978). Dito de outra forma, os efeitos de verdade são as práticas e valores sociais que correspondem a uma verdade que assim se impõe; textos, instituições, espaços, objetos e outras configurações materializam os efeitos da verdade vigente, como demonstrado por Foucault ao falar sobre a disposição espacial do tribunal.

Servindo-se dessas ferramentas, propõe-se verificar os paralelos entre o discurso de neutralidade que acompanha o design gráfico, enquanto campo de atuação profissional e geração de conhecimento, e aquele que se insere nas questões de gênero, nas quais o termo gender neutral tem sido adotado tanto pela academia quanto pelo mercado para demarcar a não identificação de determinado gênero.

2. Neutralidade no Design Gráfico: uma Aspiração

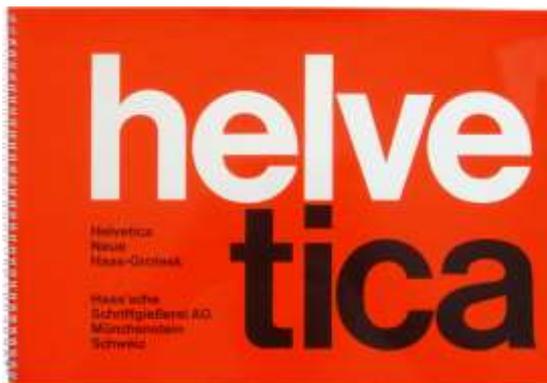
Robert Kinross discute a aspiração ao ideal de neutralidade que existe no design em *The Rethoric of Neutrality* (1985), apontando como, principalmente no design da informação, há uma busca por articular os elementos visuais de modo imparcial, gerando peças informacionalmente “neutras”. Kinross inicia o artigo comentando uma citação de Gui Bonsipe, que diz ser impossível manipular a informação sem aderir a uma retórica, ao mesmo tempo em que considera as tabelas numéricas ou de horários de trens como isentas dela.

Kinross demonstra como, porém, até mesmo essas tabelas são articuladas de acordo com uma retórica, manipulando elementos inseridos em um contexto cultural. O autor cita como a escolha de famílias tipográficas, por exemplo, não é feita de forma pura, pois uma série de influências histórico-políticas perpassam as decisões dos designers, mesmo que eles não tenham consciência disso.

Esse ideal de neutralidade descende do modernismo, em que os designers buscavam um racionalismo estético, com “manipulações mínimas de tamanho, cor, textura e posições espaciais” (CADURO, 2000, p. 4). Posteriormente, o estilo moderno passa a ser conhecido como *Internacional Style*, sendo então amplamente adotado pelo mercado. Coloca-se em questão esse entendimento de internacional, no sentido de geral, universal, neutro, pois uma tendência estética que é posta como internacional acaba por ignorar a amplitude de culturas e de diversidade estética existente no mundo quando supõe determinado padrão.

A Helvetica (Figura 1), criação do designer Max Miedinger, é um exemplo de família tipográfica deste período, e é atravessada pelo discurso da neutralidade gráfica. Seguindo a máxima modernista “forma segue a função”, a Helvética espelha o ideal de otimização e padronização, com formas geométricas e limpas que negam, em si, qualquer tipo de adorno ou peculiaridade (KUPFERSCHMID, 2011).

Figura 1: Caderno Helvetica / Neue Haas Grotesk, de 1963. Design de Hans Neuburg and Nelly Rudin



Fonte: <<http://www.fontbureau.com/nhg/history/>>. Acesso 09 de set. de 2019.

Gruszynski (2001) diz que o design moderno, principalmente na tipografia, se colocava como mediador neutro e transparente da mensagem; ele não deveria ser percebido para que a mensagem fosse apreendida. Isso se reflete nos jornais, por exemplo, em que as fontes são escolhidas pelo mesmo critério de objetividade que é presente no jornalismo. A autora demonstra que a concepção funcionalista do design se apoia na ideia de um princípio universal a ser seguido, mas que a pós-modernidade quebra com a crença na neutralidade e objetividade; a partir de então, o designer pode não mais negar os seus pressupostos pessoais e subjetivos.

O funcionalismo pregado pelos designers modernistas tinha uma forte ligação com a industrialização, pois tinha como filosofia que os materiais e meios de produção definiriam a forma dos objetos. Porém, como analisado por Ellen Lupton (2011), não era um método objetivo e livre de julgamentos, as escolhas de formas e estruturas simples e padronização de elementos eram carregadas de ideais filosóficos e até mesmo de intuição criativa.

Mas, ainda um pouco anterior ao modernismo no design gráfico, a ideia de uma linguagem gráfica universal foi também uma característica presente no *Isotype*, de Otto Neurath, no início do século XX. Partindo de uma filosofia positivista lógica, o pesquisador buscava desenvolver uma linguagem pictográfica para tornar o conhecimento mais acessível. Ele acreditava que as imagens tinham menos limitações comunicacionais que as palavras e criou uma série de ícones que representavam os mais diversos conceitos (LIMA, 2008). Os pictogramas limpos e geométricos propostos por Neurath acenam para as mesmas ideias de neutralidade do design modernista.

Para Lee (2008), a *Isotype* não é um sistema comunicacional neutro, mas se utiliza de uma retórica da neutralidade semelhante àquela apontada por Kinross a respeito do design da informação. A justaposição de dois conceitos incompatíveis como retórica e neutralidade demonstra como o ideal modernista de universalismo é, ele próprio, retórico. A escolha de formas e elementos que compõem os pictogramas da *Isotype* tem agenda política, social e

cultural.

Esta é a contradição mais latente do *Isotype*: sua “neutralidade” depende de convenções e referências sociais, pois ícones são produtos das culturas. O que Neurath visava atingir com os ícones era a redução máxima de um conceito, o que levaria a um padrão universal, ou seja, o ponto neutro a toda a humanidade. Isso fica evidente pelos pictogramas que correspondem a homem e mulher (Figura 2): o homem é diferenciado pela comparação com o ícone de mulher, que é demarcada pelo uso de um vestido (convenção social ocidental).

Figura 2: A demarcação de gênero em ícones



Fonte: DOBSON; DOBSON, 2017.

Estes ícones demarcam uma diferenciação muito relevante: o gênero. No *Isotype*, o ícone de homem também poderia significar humano, o que também ocorre, por exemplo, nas línguas portuguesa e inglesa, entre outras. Desta forma, pode-se perceber como o homem é tido como figura padrão, como neutro, e a mulher, como um desvio do padrão. Lupton e Miller (2011) pontuam como o ícone que representa o homem também pode ser entendido como “homem-helvética”, porque tem em si o discurso da redução máxima e universal do conceito homem, mas também da ideia de ser humano.

A universalização de humanidade no ícone homem e a aplicação da neutralidade no modernismo, como postura filosófica e mercadológica, constituem um ponto de encontro interessante entre o design gráfico e os estudos de gênero. O design é transpassado por diferentes influências discursivas, incluindo as questões de gênero; ele pode ser entendido como um veículo refletor de discursos, como a própria ideia de neutralidade em gênero. Dada a aproximação do design com essa concepção, é relevante entender melhor os aspectos de como essa problemática se desdobra quanto à possibilidade de existência de gênero-neutro.

3. Gênero-neutro: Existir Fora da Matriz?

A demarcação de gênero percebida nos ícones citados aponta para uma matriz binária composta por dois espectros: masculino e feminino. Judith Butler (2017) pontua que essa é uma matriz heteronormativa e, mais do que um fato de análise, também afeta a vivência das pessoas como uma marca de diferenciação (linguística, biológica e cultural):

[...] gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo, mesmo assim esse significado só existe em relação a outro significado oposto (p. 31).

A autora critica o essencialismo presente nas discussões feministas que, mesmo

afirmando que gênero é uma construção social e não um determinismo biológico, acabam por reforçar essa mesma matriz binária. Ela propõe uma subversão intencional desse binarismo como forma de desconstruir os laços arbitrários entre sexo biológico, gênero e sexualidade.

Convém então perguntar, ao utilizar o termo “gênero neutro”, o que se quer dizer? Primeiramente, foi feita uma pesquisa não estruturada na plataforma Scopus⁴, buscando artigos acadêmicos por meio da palavra-chave gênero-neutro (e em inglês, *gender-neutral*). Parte dos artigos encontrados utiliza o termo para se referir a uma não especificidade de gênero, ou seja, o gênero não era contado como uma variável determinante⁵. Outros o definem como a negação de estereótipos de gênero⁶ e, por fim, também foram encontrados autores que falam de um posicionamento semelhante à neutralidade informacional: algo que estaria fora da influência de uma sociedade generificada⁷.

No primeiro uso, o da não especificidade de gênero, o artigo analisado, *Examining Gender-Specific and Gender-Neutral Risk Factors in Women Who Sexually Offend* (MARSHALL; MILLER, 2019), busca distinguir quais são os fatos específicos quanto a gênero e quais não são, a respeito da reincidência das mulheres em crimes de violência sexual. O interesse aqui é apenas no uso do termo *gender neutral* para indicar fatores que poderiam aparecer tanto em homens quanto em mulheres reincidentes. Desta forma, o espectro binário de gênero é mantido, só não é levado em consideração como categoria ou variável.

O segundo uso, o da negação de estereótipos de gênero, trata da noção de que é possível atingir a neutralidade esquivando-se dos estereótipos ou elementos culturalmente generificados. No artigo *Preschool Teachers' Facilitation of Gender-Typed and Gender-Neutral Activities during Free Play* (GRANGER et al, 2017), os pesquisadores discorrem sobre a facilitação de atividades generificadas ou neutras quanto a gênero para alunos em sala de aula. Eles definem atividades gênero-neutras como leitura de livros, matemática e linguagem, e atividades generificadas como brincar com bolas ou bicicletas (atividades masculinas) e arte ou bonecas (atividades femininas). Essas atividades são ligadas a estereótipos de masculinidade e feminilidade, enquanto as atividades neutras seriam consideradas afastadas desses estereótipos.

Por fim, o terceiro uso é quanto a algo que estaria fora da influência de uma sociedade generificada. Pode ser facilmente confundido com o segundo porque, muitas vezes, entende-se a negação do estereótipo como essa negação das influências. No entanto, o sentido do terceiro uso é a pretensão de que seja possível colocar-se à parte, não ser influenciado. No artigo *Gender neutrality improved completion rate for all* (SVEDIN; BALTER, 2016), defende-se a hipótese de que seria possível melhorar a retenção de conteúdo de um curso online de engenharia ao torná-lo mais neutro quanto a gênero. Apesar de admitirem que é impossível articular um design de gênero neutro, os autores buscam a inclusão através de materiais textuais não direcionados para a perspectiva masculina ou feminina.

⁴ Pesquisa realizada no dia 06 de abril de 2020.

⁵ Cita-se como exemplo os artigos: “Examining Gender-Specific and Gender-Neutral Risk Factors in Women Who Sexually Offend” (MARSHALL; MILLER, 2019) e “Gender-neutral vaccination provides improved control of human papillomavirus types 18/31/33/35 through herd immunity: Results of a community randomized trial (III)” (LEHTINEN et al. 2018)

⁶ O conceito é utilizado desta forma no artigo: “Preschool Teachers' Facilitation of Gender-Typed and Gender-Neutral Activities during Free Play” (GRANGER et al, 2017)

⁷ Como aparece no artigo: “Gender neutrality improved completion rate for all” (SVEDIN; BALTER, 2016)

Um exemplo onde as duas últimas definições se aplicam pode ser visto texto de Martin (2005) sobre os impactos de uma criação de filhos neutra quanto a gênero. Ao analisar materiais de aconselhamento para criação de filhos, a autora nota que, apesar de haver um apelo para uma criação gênero-neutra, poucos manuais asseguram que ela vai funcionar, principalmente porque essa orientação pode soar como propaganda à homossexualidade. Para ela, essa ideia de neutralidade, colocada pelo "feminismo liberal" (sic), pouco desafiou as instituições que fazem a manutenção de uma visão assimétrica sobre a heterossexualidade. Em sua perspectiva, para ocorrer uma real revolução quanto a gênero é necessário que ocorra também uma revolução sexual.

Outro aspecto importante ao falar do termo gênero-neutro é a sua relação com a comunidade LGBTQ+⁸. Ainda que este termo não seja amplamente utilizado no Brasil, certamente é relevante para a comunidade internacional. Segundo diretrizes da *American Psychological Association*⁹ (APA) para o atendimento de pessoas transgêneras ou em não conformidade de gênero, o termo *gender-neutral* aparece como uma identidade de gênero, juntamente com *genderqueer*, *gender nonconforming* (APA, 2015). Dentro da categoria *genderqueer* há uma distinção interessante presente nas diretrizes:

As pessoas que se identificam como genderqueer podem redefinir gênero ou recusar-se a definir-se como um gênero totalmente. Por exemplo, as pessoas que se identificam com genderqueer podem se considerar homens e mulheres ao mesmo tempo (bigender, pangender, androgyne); nem homem nem mulher (sem gênero, gênero-neutro, neutro, agender), movendo-se entre gêneros (gênero fluido); ou incorporando um terceiro gênero. (p. 862, tradução nossa)

Portanto, ao falar de gênero-neutro enquanto identificação, é importante ter em mente a diferenciação entre essas identidades. É sabido, no entanto, que essas categorias e os seus significados, além de estarem em constante transformação, também adquirem um caráter subjetivo e, sendo assim, a escolha de utilizar as definições da APA se deu por se tratar de uma instituição formal, entendendo que possam existir outras interpretações ou definições possíveis e válidas.

No Brasil, a discussão sobre neutralidade quanto a gênero se dá principalmente no domínio da linguagem¹⁰. A linguagem neutra tem como objetivo de não demarcar gênero no discurso linguístico, para tornar a língua mais inclusiva para com todos os indivíduos (CAË, 2020). Ainda que a língua portuguesa já possua um modo neutro, a argumentação posta é que esse modo é, na verdade, sexista, ao utilizar o universal masculino. Por exemplo, na frase "Todos os cientistas são inteligentes", pode-se questionar se se refere a cientistas homens, mulheres ou ambos.

A ideia, no entanto, não é que mudar a linguagem possa acabar com opressões de gênero, mas que pode fornecer uma alternativa comunicacional (CANSADO, 2015). Segundo o Manual Linguagem Neutra (2020), existem alguns sistemas propostos para a língua portuguesa

⁸ Sigla que identifica a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer e o símbolo aditivo "+" denomina a inclusão de identidades como Intersex, Assexual, Pansexual, entre outras.

⁹ Associação Americana de Psicologia

¹⁰ Essa discussão também é presente em países falantes de língua inglesa, ainda que ela tenha menos palavras demarcadas com gênero. Em 2019, o dicionário Merriam-Webster declarou o pronome "they" como palavra do ano (FÁBIO, 2019). "They" é tradicionalmente usado na terceira pessoa do plural (eles), mas também foi apropriado pelas pessoas não-binárias como pronome singular.

(Quadro 1), que passam pela “neutralização” de pronomes, artigos e palavras terminadas em artigos a/o.

Quadro 1: Pronomes em todos os sistemas

Pronomes	Sistema Elu	Sistema Ile	Sistema EI
Ela/Ele	Elu	Ile	EI
Elas/Eles	Elus	Iles	EIs
Dela/Dele	Delu	Dile	Del
Delas/es	Delus	Diles	Dels
Nela/e	Nelu	Nile	Nel
Nelas/es	Nelus	Niles	Nels
Aquela/e	Aquelu	Aquile	Aquel
Aquelas/es	Aquelus	Aquiles	Aquels

Fonte: Caê, 2020.

Em seu vídeo a respeito do tema, o licenciado em Letras e produtor de conteúdo Jonas Maria (2020) afirma que utilizar o termo neutro para denominar essa linguagem é complicado, afinal não existe neutralidade. Ao contrário, como ele afirma:

[...] ao usar o pronome “elu”, nós estamos sim assumindo uma posição: que é a de recusa do atual sistema binário de gênero, que também se expressa na língua e todas as demais ramificações disso. Mas é mais que isso. Quando a gente pensa em incluir “professore”, não há uma tentativa de eliminar o masculino e feminino da gramática. O que está sendo feito, na verdade, é propor uma forma efetiva, não marcada, de gênero/sexo para as pessoas. E essa demarcação servirá em diversas situações onde o sexo/gênero dessa pessoa não é importante. E aí eventualmente, ela também servirá às pessoas não-binárias.

Nesta fala é possível perceber a neutralidade (enquanto conceito) colocada em cheque no entendimento do tratamento de gênero, dentro da comunidade trans. Pois a própria utilização de termos de uma linguagem inclusiva implica assumir uma posição (não neutra) diante da matriz binária.

Partindo para outro escopo, o mercado, vê-se atualmente marcas que se posicionam com termos como “genderless”, “gender neutral” e “nongender specific”¹¹, que aparentam negar a matriz binária ou se posicionar discursivamente fora dela. De modo geral, esses usos, mesmo ao tentarem negar a matriz binária, ainda estão inseridos nela, pois um ponto neutro só existe dentro desse espectro discursivo.

Neste sentido, é possível pensar algo que esteja fora dessa matriz? Que se configure como neutro quanto à gênero? Para Teresa de Lauretis (2019):

¹¹ Sem gênero, gênero neutro e gênero não especificado, respectivamente.

[...] não há uma realidade social em uma dada sociedade, fora de seu sistema particular de sexo-gênero (as categorias mutuamente exclusivas e exaustivas de masculino e feminino) (p. 150).

E, desta forma, é impossível pensar constituir-se fora dessa matriz binária.

Figura 3: Marcas que se posicionam como “gênero-neutro”: Simple Organic, Top Toy Group, AKA (da esquerda para direita).



Fonte: <<https://www.instagram.com/p/B0uGLURhGM6/>>, <<https://twentytwowords.com/swedish-toy-catalog-goes-gender-neutral-11-pictures/>>, <<https://www.instagram.com/onedna.earth/>>. Acesso em 16 set. 2019.

Teresa de Lauretis (2019), ao falar sobre o ideal feminista de um mundo matriarcal e místico, diz que não consegue compartilhar da ideia de um mundo intocado pela ideologia e todos os conflitos que nos permeiam (raça, classe, mídia, etc.). E, da mesma forma, a autora também se recusa a rejeitar o gênero enquanto “questão radical” para a teoria feminista.

Ela desenha uma suposta sociedade ideal para a o feminismo liberal-burguês: as mulheres terão carreiras, liberdade de escolha quanto a seus parceiros ou parceiras, quanto a gerar filhos e terão suas propriedades, sem alterar as relações sociais e a heteronormatividade que a nossa sociedade está vinculada. Esse cenário, a autora chama de “estado ideal de gênero” para um certo tipo de discurso feminista.

É interessante observar uma certa similaridade desse ideal feminista com uma dita neutralidade de gênero, uma proposta que muito se assemelha à problemática tratada por Spargo (2017) ao falar das políticas assimilacionistas (tópico 3.3). Neste mundo gênero-neutro, gênero não deixou de existir, mas foi “neutralizado”.

Com base nisso e nas discussões articuladas por meio das bases teóricas, podemos perceber que, acima de tudo, o conceito de gênero-neutro é paradoxal, nos seguintes sentidos:

- Pretende-se neutro quanto à gênero dentro de uma sociedade binariamente gendrada;
- É uma categoria que rejeita categorias;
- Pressupõe uma neutralidade, que não é possível de existir.

O que as abordagens de Butler e Lauretis a respeito de gênero têm em comum é uma reflexão crítica que reconhece a existência da matriz binária e dos discursos/relações de poder que essa matriz constitui e que por ela é constituída, mas ambas as autoras também vêem como necessário o abandono desta matriz por meio da desconstrução.

Dessas discussões, levanta-se o *postgenderism*, teoria que instaura radicalmente críticas ao patriarcado e ao binário de gênero que restringe as possibilidades humanas de ser. Para Dvorsky e Hughes (2008), não existem evidências de uma sociedade que seja completamente livre de gênero, e os esforços feitos para atingir uma possível neutralidade social quanto à gênero sempre esbarram nos limites da biologia (devido aos papéis reprodutivos e à assinalação de gênero por meio do sexo biológico). Assim, tal teoria afirma que biotecnologia e reforma social poderiam então promover uma sociedade emancipada de gênero.

Ainda sobre gênero-neutro, alguns autores salientam o quanto que adotar uma postura neutra quanto a gênero pode ser perigoso ao se fazer pesquisas e desenvolver políticas públicas que acabam apagando ou confundindo dados onde a especificidade de gênero é relevante, gerando assim uma “cegueira” de gênero (*gender blindness*). Isso se deve também ao fato de o padrão sempre remeter ao masculino: muitas vezes políticas consideradas neutras são na verdade formuladas levando em conta apenas a perspectiva masculina (MAVIN; BRYANS; WARING, 2004).

Por fim, é relevante pontuar a escassez de materiais que abordam a neutralidade de gênero por uma perspectiva crítica que não se refira somente a *gender blindness*. Desta forma, há uma lacuna na crítica ao discurso de neutralidade em gênero, como ele se constitui e quais as relações que o possibilitam.

Em busca de saídas, e tendo em vista o gênero-neutro no design, pode-se utilizar a Teoria Queer como chave, como propõe Denise Portinari (2017), onde o foco do design não seja a criação de outras categorias (ou de exceções “fora da norma”) para dar conta de demandas mercadológicas ou governamentais propostas por um briefing, mas sim em sensibilizar o designer para as implicações e potencialidades de construção e desconstrução contidas na visualidade, seja em projetos próprios ou análise de outros produtos visuais (produzidos profissionalmente ou não).

4. Considerações Finais

Como visto, a neutralidade é uma posição que assume uma distância que supostamente permitiria uma opinião ou postura independente de fatores discursivos. Nos exemplos vistos do jornalismo à ciência, o ideal de neutralidade é, ao mesmo tempo, um mito e uma aspiração. Essa aspiração aparece no design gráfico e também nas questões de gênero, neste caso sob o termo gênero-neutro.

Ao olhar para os paralelos entre a neutralidade no design e em discursos sobre gênero pode-se perceber duas características principais: a negação ou discurso da ausência, e a inclinação mercadológica.

Na primeira característica, pode-se observar que, em ambos os campos tratados, a adoção de uma postura neutra presume a negação, seja ela de cor e textura como no caso do design gráfico, seja em relação à demarcação em si entre masculino e feminino. No entanto, ao se colocarem como neutros, esses discursos validam a própria matriz que negam, porque para dizer que existe um ponto neutro é necessário também afirmar a existência de um

espectro negado.

Quando se fala sobre um design que é gênero-neutro, portanto, é importante observar como tal postura pode ser confortável aos designers, posto que é mais interessante mercadologicamente aderir a uma suposta neutralidade do que a um questionamento quanto aos estereótipos de gênero. Esse é o dilema que se desenha: a reprodução/negação dos estereótipos de gênero versus proposições desconstrutivas. E, independentemente da posição que se assuma, ela nunca é neutra.

Referências

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Guidelines for Psychological Practice with Transgender and Gender Nonconforming People. **American Psychologist**, 70(9), 832-864, 2015. Disponível em: <doi.org/10.1037/a0039906> Acesso em 28 de mai. 2020.

ARMSTRONG, Helen. **Graphic design theory. Readings from the field**. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAÊ, Gioni. **Manual para uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa**. Foz do Iguaçu, PR: [s.d.].

CADURO, Flávio. **Design gráfico e pós-modernidade**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 13, 2000.

CANSADO, Ana. O masculino genérico: uma questão gramatical ou um debate ideológico? **Esquerda**, 2015. Disponível em <https://www.esquerda.net/opinia/o-masculino-generico-uma-questao-gramatical-ou-um-debate-ideologico/36527> Acesso 28 de mai de 2020.

DOBSON, T; DOBSON, S. C. Tip of the icon: Socially Symbolic Indexal Signage. **Dialectic**, v. 1, n. 1, p. 61-90, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3998/dialectic.14932326.0001.106>. Acesso em: 02 set. 2019.

DVORSKY, George; HUGHES, James. Postgenderism: Beyond the gender binary. **Institute for Ethics and Emerging Technologies**, v. 20, p. 44-57, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Microfísica do Poder**. 28 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 231-249.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.

GRANGER, Kristen L. et al. Preschool teachers' facilitation of gender-typed and gender-neutral activities during free play. **Sex Roles**, v. 76, n. 7-8, p. 498-510, 2017.

GREENWALD, Glen.; REED, Betsy.; DEMORI, Leandro. As mensagens secretas da Lava Jato. **The Intercept Brasil**, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em: 20 set. 2019.

GRUSZYNSKI, Ana Claudia. Design gráfico: do invisível ao ilegível. In: X Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2001, Brasília. **Anais do X Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação**. Brasília: UnB, 2001.

KINROSS, Robin. The rhetoric of neutrality. **Design Issues**, p. 18-30, 1985.

KUPFERSCHMID, Idra. **Neue Hass Grotesk. Font Bureau**, 2011. Disponível em <<http://www.fontbureau.com/nhg/history/>> Acesso em: 09 set. 2019.

LAURETIS, Teresa de. 2019. "A tecnologia de gênero". In HOLLANDA, H. B. (Org.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LEE, Jae Young. Otto Neurath's Isotype and the Rhetoric of Neutrality. **Visible Language**, v. 42, n. 2, p. 159, 2008.

LIMA, Ricardo Cunha. Otto Neurath e o legado do ISOTYPE. **Infodesign**, n. 5, 2008. Disponível em <<https://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/54>> Acesso em: 01 set. 2019.

LUPTON, Ellen.; MILLER, Abbot. **Design escrita pesquisa: a escrita no design gráfico**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber – A Trajetória da Arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

MARIA, Jonas. **LINGUAGEM NEUTRA: principais críticas**. 2020. (11m06s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UcQvzqqMdq4>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

MARSHALL, Ethan A.; MILLER, Holly A. Examining gender-specific and gender-neutral risk factors in women who sexually offend. **Criminal Justice and Behavior**, v. 46, n. 4, p. 511-527, 2019.

MARTIN, Karin A. William wants a doll. Can he have one? Feminists, child care advisors, and gender-neutral child rearing. **Gender & Society**, v. 19, n. 4, p. 456-479, 2005.

MARTINS, José Renato Silva. **O dogma da neutralidade judicial**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MAVIN, Sharon.; BRYANS, Patricia.; WARING, Teresa. Unlearning gender blindness: new directions in management education. **Management decision**, v. 42, n. 3/4, p. 565-578, 2004.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia, Análise da Narrativa Jornalística**. Brasília. Editora Casa das Musas, 2005.

NEUTRALIDADE. In: **MICHAELIS online**, 17 set. 2019. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=Neutralidade>>. Acesso em 17 set. 2019.

SIMPLE ORGANIC BEAUTY. **Instagram**: simpleorganic. Disponível em <<https://www.instagram.com/simpleorganic/>>. Acesso 12 de abr de 2020.

SILVA, Luciana Ferreira. **Ciência e Tecnologia como Barbacã do Capitalismo: um ensaio sobre a não-neutralidade**. 2003. Dissertação. (Mestrado em Política Científica e Tecnológica). Instituto de Geociências - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SPARGO, Tamsin. **Michel Foucault e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SVEDIN, Maria; BÄLTER, Olle. Gender neutrality improved completion rate for all. **Computer Science Education**, v. 26, n. 2-3, p. 192-207, 2016.

ONE DNA. **Instagram**: onedna.earth. Disponível em <<https://www.instagram.com/onedna.earth/>>. Acesso 12 de abr de 2020

PIPER, Abraham. Swedish toy catalog goes gender-neutral. **The Conversation**. Disponível em <<https://twentytwowords.com/swedish-toy-catalog-goes-gender-neutral-11-pictures/>> Acesso 12 de abr de 2020.

PORTINARI, Denise. Queerizar o Design. **Arcos Design**, v. 10, n. 1, p. 1-19, 2017.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, v. 2, p. 74-90, 1993.